

Hospedarias de Núcleos Coloniais: os casos de Santanta, São Caetano e São Bernardo (1877-1879)

ROSA GUADALUPE SOARES UDAETA*

A historiografia tradicional costuma elencar a existência de apenas duas hospedarias de imigrantes em São Paulo, a do Brás e a do Bom Retiro. A do Brás, inaugurada em 1887, teria começado a receber imigrantes desde um ano antes, porque a sua precursora, a hospedaria do Bom Retiro estava impossibilitada de receber novos imigrantes, pois enfrentava uma epidemia de crupe e varíola.(REALE, 1982: 19) A do Bom Retiro funcionaria desde 1881 até a inauguração da hospedaria do Brás. (SYLOS, 1976: 32).

Porém a legislação do século XIX aponta a existência de hospedarias de imigrantes desde antes de 1881. Como por exemplo, a lei imperial nº 840, artigo 32 de 15 de setembro de 1855, segundo a qual o governo estabelecia regras de atendimento e tratamento dos imigrantes nesses estabelecimentos. (PRESA, 1978: 44).

Também, em algumas obras sobre imigração, encontramos que migrantes e imigrantes teriam passado por hospedarias do governo em períodos diferentes aos citados acima. (MOURA, 1996: 137; SALLES, 1978: 60; MARTINS, 1982: 41) Isso nos levou a verificar a hipótese que talvez existissem outras hospedarias de imigrantes em São Paulo.

Utilizando os Relatórios de Presidente de Província e do Ministério da Agricultura e os documentos oficiais dos Presidentes de Província, da Tesouraria, da Associação Auxiliadora de Colonização e Imigração e da Comissão de Medição de Lotes Coloniais, bem como a historiografia pertinente, localizamos até o momento as hospedarias conforme o quadro 1:

Quadro 1 – HOSPEDARIAS DE IMIGRANTES DA CAPITAL DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO NO SÉCULO XIX.

Hospedaria de Imigrantes	Responsável	Órgão responsável	Período de Funcionamento
Maçan d`Oro ¹	Presid. da Associação Barão de Souza Queiroz	Associação Auxiliadora de Colonização e Imigração	? – 1875
Areal ou Depósito de Imigrantes ²	Presid. da Associação Barão de Souza Queiroz/ Encarregado da Imigração Antonio da Silva Prado (até 1876) / Inspetor Especial Antonio da Silva Prado	Associação Auxiliadora de Colonização e Imigração / Inspetoria Especial de Terras e Colonização	1875-1877
Vargem do Carmo ³	Inspetor Especial Antonio da Silva Prado	Inspetoria Especial de Terras e Colonização	1877
Rua da Luz ⁴	Inspetor Especial Antonio da Silva Prado	Inspetoria Especial de Terras e Colonização	1877 - ?
Pari ⁵	Delegado da Imigração Nicolau de Souza Queiroz	Delegacia da Imigração do Governo da Província	1881-1882
Bom Retiro ⁶	Delegado da Imigração Nicolau de Souza Queiroz (até abril/1883) / Delegado da Imigração Guilherme Rangel	Delegacia da Imigração do Governo da Província	1882-1887
Brás ⁷	Diretores da Sociedade Nicolau de Souza Queiroz/ Martinho da Silva Prado Jr./ Rafael Aguiar Paes de Barros / Rodrigo Lobato Marcondes Machado / Benedicto Vieira Barbosa.	Sociedade Promotora de Imigração(1888 a 1892)	1887-1978
Santana ⁸	Engenheiro-Chefe Leopoldo José da Silva	Comissão de Medição de Lotes Coloniais da Capital da Província de São Paulo	1877-1878
São Caetano ⁹	Engenheiro-Chefe Leopoldo José da Silva	Comissão de Medição de Lotes Coloniais da Capital da Província de São Paulo	
São Bernardo Novo ¹⁰	Engenheiro-Chefe Leopoldo José da Silva	Comissão de Medição de Lotes Coloniais da Capital da Província de São Paulo	

FONTES: Dados extraídos de: ¹⁻⁵(APESP / Man. Col., 1870-77; RPPSP); ⁶ (REALE,1982:18; SEGAWA, 1989:28; SYLOS, 1976: 32); ⁷(BIANCO, 1982: 44; PETRI, 2010: 86; SANTOS, 2007: 121); ⁸ (SALLES, 1978: 60); ⁹ (MARTINS, 1982:36); ¹⁰(RMA).

Excetuando as três últimas que trataremos mais adiante, todas as outras serviam para recepcionar imigrantes ou migrantes que chegassem à capital da Província paulista. Em comum, elas eram organizadas por instituições ligadas diretamente ao governo provincial que reembolsava todas as despesas dos imigrantes quanto ao transporte, alimentação, hospedagem, atendimento médico e quando necessário, enterro. Em todas o período máximo de hospedagem era de oito dias, tempo considerado suficiente para o

imigrante encontrar colocação, frequentemente nas fazendas cafeicultoras do interior e para lá se dirigir.

As três últimas hospedarias atendiam exclusivamente aos imigrantes que eram dirigidos aos núcleos coloniais instalados próximos à Capital da Província de São Paulo.

Neste artigo, usaremos a definição de LAZZARI para o termo Colonização: “ou seja, a entrada de estrangeiros para o desenvolvimento da agricultura explorada por homens livres, com base na pequena propriedade, sob a direção do governo ou de particulares e sempre com a intenção de valorizar terras incultas, visando o seu povoamento”. (1980:13).

Porém, no último quartel do XIX, o governo da Província de São Paulo procurou implantar núcleos coloniais cujo

“principal objetivo era fixar colonos como pequenos proprietários de terras em áreas determinadas em torno das vilas com a função de abastecê-las dos gêneros alimentícios e de valorizar terras improdutivas para o cultivo do café. As áreas deveriam ser divididas em pequenos lotes, para serem vendidos a colonos, imigrantes ou não, com preços e prazos acessíveis escolhidas em terras devolutas ou em terras particulares cujos donos estivessem dispostos a cedê-las por venda ou em troca de incentivos.” (DI LORENZO, 2002:14-15)

Entre os objetivos também estava, além do citado acima, o de atrair mão-de-obra imigrante que servisse como uma reserva de trabalhadores que pudessem ser deslocados para fazendas de grande porte, quando estas necessitassem de mão-de-obra. (MARTINS, 1970:35)

Em 1876, o Governo Imperial instituiu a Inspetoria Geral de Terras e Colonização, que derivou das então extintas Agencia Oficial de Colonização e da Comissão do Registro Geral e Estatística das Terras Públicas e Possuídas. Esta nova repartição ficou responsável por certos aspectos ligados à agricultura, entre eles: a demarcação de terras devolutas e possuídas, a implantação e desenvolvimento de núcleos coloniais e também, a recepção e encaminhamento de imigrantes para o trabalho nas fazendas. (RMA)

Com sede na Capital Imperial, seu primeiro diretor, o Conselheiro Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja, atuou alguns meses e logo veio a falecer, sendo substituído pelo Bacharel Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves. Porém Chaves encontrava-se

impossibilitado de cumprir as novas funções, tendo assumido interinamente o antigo ajudante de Azambuja, o Engenheiro José Cupertino Coelho Cintra. (RMA)

Cupertino Cintra visitou várias áreas nas cercanias da cidade paulistana procurando o lugar mais adequado para a implantação dos núcleos coloniais, acabando por fundar os seguintes núcleos: Santana; Glória; São Bernardo; São Caetano e Jurubatuba. (GADELHA, 1982: 128)

O funcionamento e desenvolvimento desses núcleos fogem ao objetivo deste artigo que pretende tratar das hospedarias de imigrantes dos núcleos coloniais.

Consideramos que entre as várias hospedarias de imigrantes citadas acima, podemos separá-las em dois tipos. O primeiro das Hospedarias de Imigrantes e o segundo, das Hospedarias de Núcleo Colonial.

As Hospedarias de Imigrantes referem-se aos locais de recepção de imigrantes e migrantes que estavam de passagem e que após chegarem de viagem partiam para outros lugares em busca de trabalho, quer no campo ou nas cidades, pois nem sempre vinham com contratos prévios. Suas passagens podiam ou não ter sido subvencionadas, em parte ou integralmente, pelos fazendeiros ou pelo governo. Aí também eram recebidos os imigrantes espontâneos, ou seja, aqueles que pagavam suas próprias passagens.

As Hospedarias de Núcleo Colonial, por outro lado, foram instituídas para atender exclusivamente colonos nacionais ou estrangeiros que seriam fixados em lotes de núcleos coloniais ou colônias. Alguns desses colonos vinham com um contrato de se fixar onde o governo determinasse.

Nas proximidades da Capital de São Paulo, localizamos três hospedarias de Núcleos Coloniais, a de Santana, estudada por SALLES (1978) a de São Caetano, estudada por MARTINS (1982) e a de São Bernardo-Novo. (RMA) Portanto, não trataremos do Núcleo Colonial do Glória. Queremos relacioná-las comparando as semelhanças no funcionamento de Hospedarias de Núcleo Colonial, e as diferenças entre as Hospedarias de Imigrantes.

Conforme tratamos anteriormente, a Inspeção Geral das Terras e Colonização ficou encarregada não só da medição e organização das terras devolutas e possuídas, mas também do atendimento aos imigrantes. Esses cuidados incluíam a viagem do imigrante

e sua colocação em postos de trabalho, bem como atendimento médico, abrigo e alimentação. (RMA)

Nas províncias, foram instituídas as Inspetorias Especiais de Terra e Colonização que prestavam contas ao Governo Imperial através da Inspetoria Geral.

Na Província de São Paulo, assumiu o cargo de Inspetor Especial, Antonio da Silva Prado, importante cafeicultor. Ele não só trabalhava para o governo provincial, como estava ligado a organizações de fazendeiros com o intuito de trazer mão-de-obra imigrante para os cafezais. Na década de 1870, Antonio Prado era o Vice-Presidente da Associação Auxiliadora de Colonização e Imigração que mantinha contrato com o governo para importar trabalhadores da Europa. (BASSETO, 1982: 90)

A partir de 1876, Antonio da Silva Prado, primeiro como encarregado da imigração e depois como Inspetor Especial, passou a se responsabilizar pelo andamento das Hospedarias de Imigrantes do governo provincial: a da Maçan d'Oro e a do Areal. (UDAETA, 2010)

Nesse mesmo ano, o Engenheiro José de Cupertino Coelho Cintra, acompanhado pelo Presidente de Província Sebastião José Pereira fez um levantamento entre os terrenos pertencentes ao governo e também, alguns terrenos de propriedade de ordens religiosas: São Bernardo e São Caetano dos Beneditinos; e Canguaçu, dos Carmelitas. (RMA)

Na escolha dos terrenos para a implantação dos núcleos coloniais, o engenheiro considerou a qualidade das terras – que de forma geral, eram reconhecidamente de má qualidade, visto terem sido muito usadas, necessitando tratá-las, para poder obter uma melhor colheita. Além disso, Cupertino verificou a presença de construções nos terrenos, como capelas, e principalmente, de casarões, ou casinhas. (RMA)

Essas construções poderiam vir a servir como local para abrigar os imigrantes quando chegassem aos núcleos.

Dos cinco locais visitados, quanto à presença dessas construções, a que apresentava melhores condições era Santana, que possuía um antigo sobrado dos padres jesuítas (donos do terreno até ter sido confiscado pela Coroa portuguesa no tempo do Marques de Pombal). Esta construção que após a expulsão dos jesuítas passou a ser usada como Seminário de Educandos e por um curto espaço de tempo, como lazareto de variolosos, (TORRES, 1970: 17-21) poderia com algumas reformas, segundo Cupertino, ser usada

como uma hospedaria de imigrantes. Santana ficava a cerca de seis quilômetros da área urbana da época, e a quatro quilômetros da estrada de ferro São Paulo Railway. (RMA) Outro dos terrenos pretendidos para núcleo colonial e que tinha também boas condições para recepcionar os imigrantes era a Fazenda São Caetano. Nela havia uma casa térrea e um conjunto de doze casinhas. Esta casa principal era dividida em vários compartimentos. As casinhas, apesar de pequenas, quase quartos, ficavam em torno da casa maior e eram cercadas por muros. Este conjunto também serviria para abrigar os estrangeiros. São Caetano era uma fazenda situada a cerca de 10 quilômetros a sudeste de São Paulo. A São Paulo Railway passava por seus terrenos, o que também era uma vantagem. (RMA)

No Canguaçu, havia uma pequena casa de fazenda com poucos compartimentos, mas também em bom estado e que poderia servir para acomodar inicialmente os colonos. Mas suas terras não foram compradas e não se tornou núcleo colonial. (RMA)

Em compensação, no terreno do Glória não havia construções que servissem para este fim, pois as antigas construções do governo estavam destruídas, sobrando alguns vestígios, fora duas casas muito pequenas. (RMA)

O futuro núcleo de São Bernardo era composto por três fazendas: São Bernardo-Novo, São Bernardo-Velho e Jurubatuba. Essas terras ficavam próximas de São Caetano e distante de São Paulo cerca de vinte e três quilômetros. A linha da São Paulo Railway também ficava distante das terras cerca de sete quilômetros. Em São Bernardo-Velho e Jurubatuba, não havia construções das antigas fazendas que prestassem, pois estavam em completa ruína. Em compensação, São Bernardo-Novo havia um barracão que se prestava a “habitação provisória de colonos” (RMA).

Desta visita feita por Cupertino Cintra e pelo Presidente de Província Sebastião Pereira, o ajudante da Inspeção sugeriu ao Conselheiro Azambuja – ainda vivo e, portanto, na direção da Inspeção Geral de Terras e Colonização – que fossem contratados engenheiros para medir e dividir os lotes das fazendas que fossem compradas e que estes administrassem os núcleos.

Essa sugestão deve ter sido acatada, visto que os núcleos coloniais próximos à cidade de São Paulo acabaram sendo administrados por um engenheiro. (RMA)

O Bacharel Leopoldo José da Silva foi contratado como engenheiro-chefe da Comissão de Medição de Lotes Coloniais no Município da Capital da Província de São Paulo.

Essa Comissão ficara encarregada de implantar e desenvolver os núcleos coloniais até o ponto que o governo os considerasse emancipados. (APESP / Man. Col., 1870-77)

Entre os serviços da Comissão de Medição primeiramente, estavam o de mandar reformar as casas para recepção de colonos, medir e dividir os lotes, auxiliar os colonos a escolhe-los, incentivar a construção de casas provisórias, promover a construção de estradas de acesso aos núcleos usando os serviços dos colonos e encaminhar os subsídios do governo aos imigrantes. (APESP / Man. Col., 1870-77) Com o tempo, passaram também a resolver o problema de doenças – contratando, no início esporadicamente, médicos para atendimentos pontuais – e dos enterros. À Comissão coube inclusive reservar uma área para a implantação de um Cemitério em São Caetano, visto o de São Bernardo ser muito acanhado e só comportar os próprios moradores. Santana não tinha este problema, pois desde o tempo em que era um lazareto de variolosos dispunha de um cemitério. A demarcação do Cemitério de São Caetano só ocorreu no início do século XX. (APESP / Man. Col., 1870-77)

Apesar da presença de Leopoldo da Silva à frente do serviço de hospedagem dos colonos, a Província mantinha em separado e em pleno funcionamento, a Hospedaria de Imigrantes, cuja direção era responsabilidade do Inspetor Especial Antonio da Silva Prado.

Basicamente, os imigrantes que chegavam pelo porto de Santos ou de outros portos, e que vinham para a província paulista, eram recepcionados na Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, por até oito dias. Depois, a maioria era encaminhada para as fazendas cafeeicultoras no interior da Província e alguns permaneciam na cidade. Entre 1875 e 1877, a Hospedaria de Imigrantes se localizava no Areal. Depois, mudou-se para a Vargem do Carmo, perto do Gasômetro e finalmente, mudou-se para a Rua da Luz, ainda em 1877. (UDAETA, 2010)

Nem todos os imigrantes vinham para trabalhar nas fazendas ou cidades, mas sim queriam adquirir terras e se estabelecer nos núcleos coloniais próximos a capital paulista. O caminho que eles percorriam será tratado mais adiante.

O Núcleo Colonial de Santana foi fundado oficialmente em 28 de junho de 1877 (SALLES, 1978: 17) e foi dado como emancipado, ou seja, não mais submetido à tutela do governo e, conseqüentemente, sem direito a receber mais subsídios do governo, a partir de 30 de novembro de 1878. (SALLES, 1978: 50)

Já o núcleo colonial de São Caetano foi fundado oficialmente quase um mês depois, em 28 de julho de 1877 e emancipado em 3 de junho de 1879. (MARTINS, 1982: 30)

A emancipação ocorreu mais por uma necessidade do governo de se desobrigar dos custos com os núcleos do que propriamente com a capacidade destes seguirem sozinhos por apresentar condições econômicas estáveis.

Porém, como já dissemos, a situação econômica e de desenvolvimento já foi tratada separadamente por SALLES e por MARTINS.

As hospedarias de Núcleo Colonial, foco deste estudo, apresentaram em comum o fato de terem sido antigas construções do tempo que eram fazendas, e que foram adaptadas para poderem abrigar temporariamente os colonos.

Antes de serem usadas, uma delas precisou passar por pequenas reformas. No caso de Santana, o Engenheiro Leopoldo Silva contratou um serviço de caiamento, pintura e reparos por quinhentos mil réis. (APESP / Man. Col., 1870-77) Quanto à de São Caetano, não encontramos nenhum documento que ateste a contratação da obra, mas no relatório de Cupertino Cintra, quando da visita aos terrenos para a instalação futura dos núcleos, ele sugere que estava “embora antiga com tudo em estado regular de conservação”. Provavelmente, pela própria descrição do Relatório do Ministro da Agricultura, a de São Bernardo-Novo era a que estava em piores condições, pois foi descrita como um barracão apenas. (RMA)

Aparentemente, os colonos com destino para São Paulo eram encaminhados inicialmente para a Hospedaria de Imigrantes. De lá, o Engenheiro Chefe ia busca-los para encaminhá-los aos Núcleos. No início do funcionamento de Santana, Leopoldo Silva se queixou ao Presidente de Província que apesar de ter ido “dar destino aos colonos” não encontrou “ninguém” na Hospedaria de Imigrantes. (APESP / Man. Col., 1870-77) É claro que havia os colonos e muito provavelmente os fornecedores de alimentação, mas a queixa é que não havia com quem ele pudesse acertar e dar baixa dos imigrantes que ele levaria para os Núcleos. Esse problema deve ter sido sanado a partir do momento em que os colonos possivelmente passaram a ser encaminhados diretamente para as hospedarias de Santana e São Caetano, ou no caso dos imigrantes comuns, para a Hospedaria. E isso deve ter ocorrido pouco tempo depois do funcionamento desses núcleos coloniais, porque em agosto de 1877, o Engenheiro Leopoldo Silva comunicava ao Presidente de Província que as famílias chegadas em

certo navio, parte teriam sido abrigadas em Santana e parte em São Caetano. (APESP / Man. Col., 1870-77)

Outra questão é que as hospedarias de núcleos coloniais eram administradas separadamente da hospedaria de imigrantes de São Paulo. Os gastos e providências eram tomados independentemente. As hospedarias dos núcleos ficavam sob a direção do Engenheiro-Chefe Leopoldo da Silva, enquanto que a Hospedaria de Imigrantes ficava sob o comando de Antonio da Silva Prado, Inspetor Especial.

Ambos estavam subordinados à Inspetoria Geral de Terras e Colonização com sede na Capital do Império, no Rio de Janeiro e ambos também prestavam contas ao Presidente de Província de São Paulo. (APESP / Man. Col., 1870-77)

Em caso de doença, um médico era chamado para dar atendimento e, em caso de falecimento, era providenciado o enterro. Mas os acordos para isso eram feitos de forma separada.

O Engenheiro Leopoldo precisou chamar um médico para dar atendimento especial a um doente e por considerar o valor cobrado abusivo, solicitou ao Presidente de Província que fosse contratado um médico especialmente para atender os núcleos coloniais. Um contrato foi acertado com o Dr. Jayme Serva que se dispunha a atender todos os núcleos coloniais, exceto o de Santana, por razão que desconhecemos. Dois meses depois, o Engenheiro-chefe assinou outro contrato, agora com o Dr. Luiz Lopes Baptista dos Anjos, para atender exclusivamente o núcleo de Santana, sempre que fosse necessário. (APESP / Man. Col., 1870-77)

Porém, quando Antonio da Silva Prado, responsável pela Hospedaria de Imigrantes necessitou que um médico prestasse socorro no seu estabelecimento, ele chamou o mesmo Dr. Serva, mas este cobrou a consulta em separado. Ou seja, seu contrato não incluía a Hospedaria de Imigrantes da Província. Antonio Prado aproveitou o evento e também solicitou ao governo provincial que fosse contratado um médico exclusivo para atender os doentes da Hospedaria. Desse pedido, ficou estabelecido que sempre que possível o doente seria encaminhado à Santa Casa de Misericórdia, quando esta não aceitasse o enfermo, mesmo mediante pagamento, um médico atenderia na própria hospedaria. Também seria fornecida uma dieta especial aos doentes. (APESP / Man. Col., 1870-77)

Como os colonos dos núcleos ficavam sob a tutela do governo, era bem mais simples para Leopoldo da Silva impor e controlar a vacinação de todas as crianças dos núcleos contra a varíola. (APESP / Man. Col., 1870-77)

Os enterros eram providenciados quer nas hospedarias dos Núcleos, quer na dos imigrantes.

Quanto ao abastecimento de gêneros alimentícios, os núcleos recebiam uma porção de produtos para subsistência, ou na ausência destes, dinheiro. Já na hospedaria de imigrantes, Antonio Prado contratou um fornecedor que se obrigava a servir três refeições diárias: almoço, jantar e ceia, além de manter um administrador que falasse outras línguas, pelo menos a italiana. (APESP / Man. Col., 1870-77)

O tempo de hospedagem também era diferente. Nas hospedarias de imigrantes, o trabalhador podia permanecer até oito dias e depois era encaminhado para as lavouras do interior, ou para serviços nas cidades. Na hospedaria dos núcleos, os colonos podiam permanecer no máximo três dias, tempo considerado suficiente para encontrar um lote e para lá se mudar. Esses lotes deveriam ter uma casa provisória, muitas vezes construída pelo próprio colono, ou por colonos que tivessem chegado anteriormente e que recebiam para tal serviço. (SALLES, 1978:7)

O fluxo de alojados também era diferente. Nos núcleos coloniais, nem sempre havia pessoas hospedadas, e, portanto, a hospedaria permanecia vazia. Porém na Hospedaria de Imigrantes, a ocupação era ininterrupta, visto que a todo momento chegavam novos imigrantes.

Quanto ao encaminhamento do Porto de Santos para São Paulo, todos os imigrantes, colonos ou não, passavam pelo Agente de Colonização em Santos que os encaminhava para o trem da São Paulo Railway. Os colonos de São Caetano desciam próximo ao núcleo. Os que vinham para São Paulo desembarcavam na estação da Luz. E os avisos que este agente precisava dar eram encaminhados tanto a Antonio Prado, quanto a Leopoldo Silva. (APESP / Man. Col., 1870-77)

Outro aspecto a ser considerado diz respeito ao tempo de funcionamento das Hospedarias dos Núcleos Coloniais. Seu funcionamento estava atrelado à necessidade de acomodar os colonos até vender todos os lotes. Quando isso acontecia, não havia mais necessidade de mantê-las.

Ao contrário, as Hospedarias de Imigrantes funcionaram por mais de um século, se considerarmos que uma substituiu a outra, das mais antigas que localizamos - a Maçan d'Oro e do Areal - a partir do último quartel do XIX até 1978, quando a do Brás fechou suas portas como hospedaria e surgiu algum tempo depois com nova função, como museu e lugar de memória.

Se os núcleos de Santana, São Caetano e São Bernardo tinham onde alojar seus colonos, como se arranjavam os que seguiam para o núcleo da Glória?

Não encontramos, até o momento, nenhum documento que se refira ao destino específico dos colonos da Glória, porém levantamos as seguintes hipóteses. A primeira é que os colonos da Glória ficavam instalados na Hospedaria de Imigrantes, visto esta se localizar na região da Luz, próxima aos terrenos da Várzea do Carmo, domínio do Núcleo Colonial em questão. A segunda hipótese é que estes poderiam ficar acomodados em Santana, região não tão próxima quanto a da Luz, mas que permitiria um maior controle dos colonos pelo Engenheiro Chefe Leopoldo da Silva.

A investigação sobre o funcionamento dessas hospedarias de núcleos coloniais está em andamento visto ainda estarmos levantando a documentação a respeito.

SIGLAS

APESP / Man. Col. = Arquivo Público do Estado de São Paulo – Setor Manuscritos / Colônias

RPPSP = Relatórios de Presidentes de Província de São Paulo

RMA = Relatório do Ministro de Agricultura.

FONTES

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo. Setor Manuscritos / T. I. Colônias.

Provincial Presidential Reports (1830-1930). Disponível em <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/s%C3%A3o_paulo> Acesso em :13 fev. 2010.

Ministerial Reports (1821-1960): Agricultura. Disponível em < <http://www.crl.edu/pt-br/brazil/ministerial/agricultura>> Acesso em 13 jul 2010.

BIBLIOGRAFIA

BASSETO, Sylvia. **Política de mão-de-obra na economia cafeeira do Oeste Paulista (período de transição)**. São Paulo: tese (doutorado) – FFLCH-USP, 1982.

BIANCO, Maria Eliana Basile. **A Sociedade Promotora de Imigração (1886-1895)**. São Paulo, 1982. 106f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

DI LORENZO, Ana Lucia. **Italianos em Taubaté: o Núcleo Colonial de Quiririm, 1890/1920**. São Paulo, 2002. 120f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

LAZZARI, Beatriz Maria. **Imigração e ideologia: reação do Parlamento Brasileiro à política de colonização e imigração (1850-1875)**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1980.

MARTINS, José de Souza. **A comunidade na sociedade de classes. Estudo sociológico sobre o imigrante italiano e seus descendentes no subúrbio de São Paulo**. São Paulo, 1970. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

_____. **Subúrbio. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do império ao fim da república**. São Paulo / São Caetano do Sul : HUCITEC / PREFEITURA DE SÃO CAETANO DO SUL, 1982.

MOURA, Denise Aparecida Soares de. **Saindo das sombras: homens livres e pobres vivendo a crise do trabalho escravo. Campinas 1850-1888**. São Paulo, 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

PETRI, Kátia Cristina. **Mandem vir seus parentes: a Sociedade Promotora de Imigração em São Paulo (1886-1896)**. São Paulo, 2010, 139 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

PRESA, Iraci Girardi. **Política de imigração e colonização no Brasil durante o II reinado e sua aplicação na Província do Paraná**. São Paulo, 1978. 253p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

REALE, Ebe. **Brás, Pinheiros, Jardins. Três bairros, três mundos**. São Paulo: Pioneira/Edusp, 1982.

SALLES, Maria Izabel Bernardes Moreira. **Santana – imigração e colonização (um núcleo paulista de colonização oficial)**. São Paulo, 1978, 133f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SANTOS, Iverson Poletto dos. **A Sociedade Promotora de Imigração e o financiamento público do serviço de imigração (1886-1895)**. São Paulo, 2007. 169f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SEGAWA, Hugo. Arquiteturas de hospedarias de imigrantes. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: IEB, n. 30: p. 23-42, 1989.

SYLOS, Honório de. **São Paulo e seus caminhos**. São Paulo: Mc Graw-Hill do Brasil, 1976.

TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. **O bairro de Santana: História dos bairros de São Paulo**. São Paulo, 1970.

UDAETA, Rosa G. S. **As hospedarias de imigrantes em São Paulo: o caso da Maçan d'Ouro**. Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. ANPUH/SP – UNESP-FRANCA 6 a 10 set 2010 – Cd-Rom.